



José Gabriel Ávila*
jgazores@gmail.com

Menos gente, mais desigualdade

O declínio demográfico confirmado nos resultados preliminares do Censo de 2021 e que tanta informação e comentários desencadeou nos últimos dias, não constitui novidade para a Ilha do Pico.

Em 2014, num artigo intitulado “Pico: a caminho da desertificação”¹ afirmei, com base em projeções de reputados especialistas, que “nos próximos seis anos, se nada se fizer, o Pico irá perder o equivalente à população de uma pequena freguesia com cerca de 300 habitantes, que as há também no concelho [das Lajes]”.

A estimativa não se desviou muito da realidade (253 hab.).

Mesmo assim, o problema é muito sério. De tal forma que o comentador Luís Marques Mendes, no seu último comentário semanal na SIC afirmou que o problema demográfico é um dos mais graves problemas nacionais.

O envelhecimento galopante e o declínio da população associados à falta de emprego para jovens e aos baixos salários, eis a fórmula perfeita para a mais que anunciada desertificação.

Há anos que reputados académicos açorianos (a Professora Gilberta Rocha, por exemplo) lançam propostas, com base em estudos científicos, para tentar minimizar as perdas populacionais que ora estão à vista de todos no Censo de 2021. Infelizmente, não foram ouvidos quer pelos governantes regionais, quer locais.

O Presidente do Conselho Económico e Social ainda há dias declarou ao “Diário Insular” (4agosto2021) que “A Autonomia terá falhado se a Região não for capaz de travar o decréscimo demográfico nos próximos anos”. Mais contundente não podia ser Gualter Furtado.

Para encarar o problema de frente, importa avaliar, em profundidade, as causas da sua génese, com vista a implementar as mais corretas e eficazes medidas de política social e económica. Medidas avulsas e setoriais como as que são presentemente propaladas, resultam temporária e parcialmente, mas não vão ao fundo do problema. E é isso que compete aos governos fazer.

Admira-me, pois, que o Presidente Bolieiro, quando interrogado sobre as razões da quebra populacional nos últimos 10 anos, tenha considerado a pergunta, afirmando não pretender “fazer politiquice”. Mas acrescentou: “O governo já está a implementar medidas de “promoção da mobilidade” para combater a “crise demográfica” da região.” E mencionou a tarifa Açores, como “o exemplo mais emblemático”. A resposta, no mínimo, revela um desconhecimento da matéria, e isso não se desculpa num político com responsabilidades.

A mobilidade, nos estudos que consultei, não é um dos fatores mais determinantes da resolução do decréscimo populacional, muito menos numa região arquipelágica como a nossa, onde não existem pontes inter-ilhas e as travessias menores estão condicionadas às condições climáticas marítimas. (Que me conste, ninguém se desloca de avião para trabalhar diariamente noutra ilha!...)

O declínio demográfico - afirma um recente relatório do Parlamento Europeu -, é um problema sério sobretudo para os Açores, porque “agrava as desigualdades existentes com um impacto visível sobre a qualidade de vida. Além disso, afeta também diretamente a coesão social, económica e territorial da UE, tornando os investimentos da instituição insustentáveis e alargando o fosso entre as regiões mais desenvolvidas e as mais pobres.”²

Já em 2018, investigadores da Fundação Robert Schuman haviam afirmado que “a Europa caminha para um “suicídio demográfico” mas que apesar da situação alarmante, “ninguém na Europa fala deste problema e menos ainda se prepara para ele”.³

As estimativas apontam para uma perda de 50 milhões de trabalhadores europeus, até 2050, o que vai, certamente, implicar a abertura das fronteiras a milhões de imigrantes que, diariamente cruzam o Mediterrâneo à procura de melhores condições de vida no velho continente.

Em artigo há tempos publicado a propósito da entrada de milhares de refugiados africanos pelas praias de Lampedusa, sugeri que alguns

desses cidadãos, poderiam ser uma solução para os Açores, como o foi na época do povoamento, desde que os acolhêssemos, convenientemente, independentemente da raça, da cor, da religião, da língua e da cultura, e os tratássemos com dignidade, concedendo-lhes facilidades à sua fixação e integração, salários justos e dignos que qualquer pessoa e família merecem.

Sei, perfeitamente, que o tema gera a maior controvérsia e pode provocar reações xenófobas, intolerância e racismo, aproveitadas por forças extremistas.

Não há, no entanto, outra forma de resolver o declínio demográfico em que nos encontramos.

Não é, certamente, com a promoção dos centros das “ilhas-âncora”, à boa maneira da mentalidade passadista das capitais dos ex-distritos, que julgávamos morta e enterrada, que se vai realizar um desenvolvimento harmónico das outras seis ilhas-satélite.

Se é este o tão proclamado, mas nunca explicado “novo paradigma” da governação atual, haja a coragem de propor a revogação do Estatuto Político Administrativo dos Açores, pois essas políticas concentracionárias não se conformam com o que o povo açoriano de todas as ilhas, tem vindo a referendar nos sucessivos atos eleitorais.

Acreditamos que o auto-governo é a melhor forma de gerir os destinos de **todos os açorianos**, desde que a política de desenvolvimento harmónico se estenda a todas as ilhas e beneficie todos com as adequadas estruturas e serviços de bem-estar.



¹Jornal “Ilha Maior”, 1 agosto de 2014

²RELATÓRIO sobre o tema «Inverter as tendências demográficas nas regiões da UE utilizando os instrumentos da política de coesão» (2020/2039(INI)) https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2021-0061_PT.html

³<https://expresso.pt/sociedade/2018-02-18-Europa-a-caminho-do-suicidio-demografico-1>